Faculdade
de Ciências Econômicas
UFRGS

análise econômica

- **INDEXAÇÃO SALARIAL: UMA ABORDAGEM MACROECONÔMICA**
Jo Anna Gray
- **AJUSTE NO EMPREGO E PRODUTIVIDADE NA DÉCADA DE OITENTA**
Carlos Antônio Luque
José Paulo Zeeteno Chahad
- **O CONSUMIDOR KEYNESIANO**
Marcelo Côrtes Neri
- **HETEROGENEIDADE DO TRABALHO E TAXA DE LUCRO EM MARX**
Francisco Cribari Neto
- **ECONOMIAS DE ESCALA: UMA REVISÃO**
Jesiel de Marco Gomes
- **CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL**
Marcelo Resende
- **NOVOS RUMOS PARA O SETOR ELÉTRICO NO BRASIL**
Adriano Pires Rodrigues
Eduardo da Cunha Vianna
- **OFERTA E DEMANDA DE FRANGO DE CORTE NO BRASIL**
Narciso Gonçalves de Castro et alii
- **ANÁLISE ECONÔMICA DA IRRIGAÇÃO DO MILHO**
Lúcia M. Schirmer
Juvir Luiz Mattuella
- **REFLORESTAMENTO NO BRASIL**
Carlos José Caetano Bacha
- **ESCOLHA DE TECNOLOGIA EM ESTRUTURA DE PRINCIPAL AGENTE**
Kyle D. Kauffman
- **A QUESTÃO DEMOGRÁFICA E A PRAXEOLOGIA**
Anton Karl Biedermann et alii

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Tuiskon Dick

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Diretora: Prof^a Yeda Rorato Crusius.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS

Diretor: Reinaldo Ignacio Adams

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Chefe: Prof. Fernando Ferrari Filho

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Coordenador: Prof. Nali de Jesus de Souza

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL

Coordenador: Prof. Atos Freitas Grawunder

CONSELHO EDITORIAL: Achyles Barcelos da Costa, Aray Miguel Feldens, Atos Freitas Grawunder, Carlos Augusto Crusius, Ernani Hickmann, João Rogério Sanson, Juvir Luiz Mattuella, Maria Imilda da Costa e Silva, Nali de Jesus de Souza, Nuno Renan Lopes de Figueiredo Pinto, Otilia Beatriz Kroeff Carrion, Otto Guilherme Konzen, Paulo Alexandre Spohr, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Reinaldo Ignacio Adams, Roberto Camps Moraes, Valter José Stülp, Yeda Rorato Crusius, David Garlow (Wharton Econometrics Forecasts Association, E.U.A.), Edgar Augusto Lanzer (UFSC), Eleutério F.S. Prado (USP), Fernando Holanda Barbosa (FGV/RJ), Gustavo Franco (PUC/RJ), Joaquim Pinto de Andrade (UnB), Juan H. Moldau (USP), Werner Baer (Univ. de Illinois, E.U.A.).

COMISSÃO EDITORIAL: Atos Freitas Grawunder, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Reinaldo Ignacio Adams e Roberto Camps Moraes.

EDITOR: Nali de Jesus de Souza

SECRETARIA: Maria Ivone de Mello (normalização), Vanete Ricacheski (revisão de textos).

FUNDADOR: Prof. Antônio Carlos Santos Rosa

Os materiais publicados na revista **Análise Econômica** são de exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução total ou parcial dos trabalhos, desde que seja citada a fonte.

Aceita-se permuta com revistas congêneres. Aceitam-se, também, livros para divulgação, elaboração de resenhas ou resenhas.

Toda correspondência, material para publicação, assinaturas e permutas devem ser dirigidos ao seguinte destinatário:

PROF. NALI DE JESUS DE SOUZA

Revista Análise Econômica

Av. João Pessoa, 52

CEP 90040-000 - PORTO ALEGRE (RS), BRASIL

Telefones: (051) 228-1633 - 224-6024 ramais 3440 e 3348

Fax: (051) 225-1067

AJUSTE NO EMPREGO E PRODUTIVIDADE NA INDÚSTRIA BRASILEIRA NOS CICLOS RECESSIVOS DA DÉCADA DE OITENTA

Carlos Antônio Luque*
José Paulo Zeeteno Chahad*

SINOPSE

Este trabalho aborda a questão do ajuste do emprego nos períodos recessivos do início e do final da década de oitenta. Procura mostrar que o ajuste praticado no início da década foi feito com mais forte redução do emprego e da jornada de trabalho, do que o ajuste levado a efeito no final da década. Esse fato pode estar associado com a elevação dos salários reais no início da década e com a sua queda no segundo período recessivo.

1. INTRODUÇÃO

Este texto realiza uma investigação empírica sobre as formas de ajuste no emprego industrial e o papel que as horas trabalhadas e o salário real tiveram nesse processo, bem como os efeitos sobre o comportamento da produtividade na indústria nacional nos dois períodos marcadamente recessivos na evolução da economia brasileira ocorridos ao longo da década de 80.

O primeiro período da crise do início dos anos oitenta ocorreu em função do ajuste externo e dos mecanismos de estabilização adotados, fruto ainda das distorções acumuladas ao longo do processo de desenvolvimento econômico do pós-guerra. O segundo, representado pela recessão do final da década, em face da própria ausência de políticas que

(*) Professores Associados da FEA/USP e Pesquisadores da FIPE. Os autores agradecem o dedicado trabalho de digitação de dados e cálculos realizados por Oriete Gerin e Margot Matos. Regina Célia Cati colaborou nos cálculos relativos aos dados da FIESP. Os erros que permanecem são, contudo, e responsabilidade dos autores.

ANÁLISE ECONÔMICA	ANO 10	Nº 17	MARÇO/92	P.21-35
-------------------	--------	-------	----------	---------

eliminassem as graves distorções acumuladas ao longo do crescimento econômico e das políticas de estabilização implantadas.

Este estudo tornou-se possível somente em período recente, pois a FIBGE voltou a divulgar as estatísticas referentes ao pessoal ocupado na indústria, as quais haviam sido parcialmente interrompidas em 1985¹. Basicamente, pretende-se averiguar como as empresas se ajustaram na questão da absorção de mão-de-obra na fase de declínio da demanda ocorrida naqueles períodos. Entende-se aqui que a produtividade cataliza o resultado final do processo de ajuste, no que diz respeito aos impactos sobre produção, emprego e salário real. Desta forma, a importância deste estudo transcende o aspecto empírico, pois traz elementos não só referentes às formas de ajuste da economia, bem como informações relevantes sob a própria ótica inflacionária, uma vez que esta encontra-se intrinsecamente ligada aos níveis de produtividade.

Para realizar a comparação proposta, este texto foi estruturado da seguinte forma: a seção dois resume os movimentos cíclicos da economia brasileira recente, destacando os períodos recessivos mencionados. A seção seguinte discute as formas de ajuste no emprego, em setores industriais selecionados, enfatizando o papel desempenhado pelos custos do trabalho nesse processo. A seção quatro apresenta os resultados referentes ao comportamento da produtividade naqueles períodos. A última seção contém considerações finais, vindo a seguir as referências bibliográficas.

2. CICLO E RECESSÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE OITENTA

2.1 A Caracterização dos Ciclos Econômicos

Uma das características marcantes das economias capitalistas refere-se ao seu padrão de comportamento cíclico, ou seja, a oscilação sistemática das taxas de crescimento do produto². Na realidade, a caracterização dos períodos cíclicos não é tarefa fácil de ser identificada, pois encontra-se envolta em inúmeras questões teóricas e empíricas.

Entretanto, em termos históricos, o conceito de ciclo baseava-se

¹ Ainda aqui a medida de produtividade será aquela tradicional, relacionando apenas produção e emprego. Isto porque, a divulgação das horas trabalhadas pela FIBGE somente ocorreu recentemente, ainda assim a partir do ano de 1985, impossibilitando comparações com períodos anteriores. De qualquer forma, comentários a partir das estatísticas de horas trabalhadas, publicadas pela FIBGE, serão realizados, com intuito de esclarecer ainda mais o objeto do estudo em questão.

² Ver, entre outros, Shumpeter (1939), Gordon (1952) e Kalecki (1971).

inicialmente, na observação de algumas variáveis em seus níveis, especialmente variáveis que retratavam o estado geral das atividades. Posteriormente, com a maior importância da política econômica, especialmente da política fiscal para a manutenção do nível de atividades, o conceito clássico foi substituído pelo conceito do ciclo revisado, isto é, procura-se observar os desvios em torno de uma tendência histórica. Finalmente, temos o conceito de ciclo de crescimento, que é definido em termos das taxas de crescimento das variáveis. Ocorre, portanto, que a partir das crises externas que se abateram sobre inúmeros países, promovendo quedas no nível de atividades, pode-se retomar o conceito clássico de ciclo econômico.

2.2 Ciclos na Economia Brasileira Pós-1980

Após experimentar um período de forte crescimento econômico, iniciado em meados dos anos 60, o modelo brasileiro adotado pelo regime militar, começou a apresentar sinais de visível esgotamento, levando a economia brasileira a sérios desequilíbrios em praticamente todos seus setores. Sem nos aprofundarmos nesta questão, mas, simplesmente a título ilustrativo, não podemos deixar de lembrar toda a problemática do financiamento do setor público e a dualidade produtiva marcante na economia nacional, caracterizada por setores modernos e dinâmicos, convivendo com setores produtivos relativamente mais atrasados.

A consequência do padrão de crescimento econômico adotado foi a de que a economia brasileira somente conseguiu revelar um quadro de estabilidade de preços quando esteve associado a elevadas taxas de crescimento. Por outro lado, quando as taxas de crescimento diminuíram as taxas de inflação se aceleraram de modo contínuo. A década de 80 é bastante característica, pois durante todo esse período a economia passou a apresentar taxas de crescimento reduzidas, exceto em alguns anos e, durante esse período, revelou elevadas taxas de crescimento dos preços.

Observando-se o Gráfico 1, pode-se inferir o seguinte:

- a) Com exceção do ano de 1980 e do período que vai de meados de 1984 até o final de 1986, os níveis de produção industrial apresentaram-se declinantes. Em especial, os períodos entre 1980/1983, e 1987/1990 podem ser apontados como recessivos, ainda que em 1982 e 1988 tenha ocorrido alguma recuperação;
- b) Acompanhando a queda no produto, o emprego também declina, revelando a associação existente entre o nível de atividades e o nível de emprego;
- c) Existe uma defasagem, já observada em outros estudos, entre os movimentos da produção e do emprego, no sentido de que, du-

rante o ciclo recessivo, a produção cai mais rapidamente que o emprego, mas recupera-se mais rapidamente na retomada³.

BRASIL: INDÚSTRIA GERAL

MÉDIA MÓVEL (Base: média de 1976 = 100)

Fonte: FIBGE

Assim, pelo exame desse gráfico, parece claro que tanto o início, quanto o final da década de 80 são marcados por forte diminuição dos níveis de produção e emprego. Em especial, no final do ano de 1990, a queda do nível do produto parecia estar conduzindo a atividade econômica aos patamares vigentes até mesmo em épocas anteriores à recessão do princípio da década.

Definidos estes períodos recessivos vamos, então, analisá-los sob a ótica do comportamento da produção, do emprego e da produtividade. Antes, porém, destacaremos algumas características no comportamento setorial que emergem da comparação temporal.

³ Este aspecto foi abordado de forma ampla em Chahad e Luque (1989).

2.3 Tendências Gerais das Recessões de 1980/1983 e de 1987/1990

Examina-se aqui a magnitude da crise nesses dois períodos, bem como aspectos que revelem semelhanças e diferenças entre os mesmos, algumas a serem exploradas com maior profundidade nas seções seguintes.

A Tabela 1 revela que, para o conjunto de setores selecionados, a queda nos níveis de produção e emprego foi sensivelmente maior na crise do início da década⁴. De fato, enquanto para a Indústria em Geral a queda do produto foi da ordem de 15,69% naquele período, caiu 9,30% entre 1987 e 1990. Com relação ao emprego, nota-se um comportamento semelhante: a queda entre 1980/1983 (19,72%), foi bem maior que a observada na recessão mais recente (7,52%). Isto indica, conforme discutiremos adiante, que a forma de ajuste adotada pelo setor produtivo deve ter sido diferente nas crises mencionadas.

A segunda característica revela um comportamento tradicionalmente observado em períodos recessivos no que diz respeito ao impacto setorial: as indústrias produtoras de bens de capital sofrem um impacto maior do que o verificado nos setores produtores de bens de consumo⁵. Assim ocorreu nas duas recessões. Em especial, foram atingidas com forte retração no nível de atividades a Indústria Mecânica e a de Material de Transportes. Já o setor de Produtos Alimentares experimentou um aumento do seu nível de atividade, mesmo nas crises, embora tenha reduzido seu nível de absorção de mão-de-obra no início dos anos 80.

Finalmente, deve-se notar que o ajuste ocorrido, tanto na produção quanto no emprego, foi mais acentuado na recessão de 1980/1983, mas aparentemente foi mais forte nos níveis de ocupação do que no de atividade econômica. Alguns setores, entre eles os produtores de bens de capital, sofreram, em período recente, forte retração da atividade, em alguns casos semelhante ao observado na recessão anterior, mas o ajuste no emprego não parece ter sido tão drástico.

Tais observações conduzem-nos a investigar as razões desse ajuste diferenciado adotado pelas empresas, o que nos leva a discutir o papel desempenhado pelas horas trabalhadas, pelo salário real e, em última instância, suas consequências sobre os níveis de produtividade.

⁴ Foram selecionados apenas alguns dos principais setores do ramo industrial brasileiro, esperando que estes reflitam, grosseiramente, as categorias de uso (bens de consumo, bens de capital e bens utilizados intermediariamente na produção).

⁵ Os aspectos conceituais sobre este tipo de comportamento são apresentados, entre outros, em Haberler (1960), Kalecki (1971), Gordon (1952) e Schumpeter (1939).

TABELA 1
BRASIL: PRODUÇÃO E EMPREGO (a)
INDÚSTRIA BRASILEIRA
 %

SETORES	PRODUÇÃO		EMPREGO	
	1983/1980 (1)	1990/1987 (2)	1990/1987 (3)	1990/1987 (4)
Ind.Geral	-15,69	-9,30	-19,72	-7,52
Ind.Miner.Não Metal.	-17,75	-11,56	-24,41	-7,04
Ind.Metalúrgica	-19,41	-11,19	-26,48	-8,57
Ind.Mecânica	-33,95	-19,84	-35,98	-11,86
Ind.Mat.Elét.Comun.	-25,16	-4,38	-30,19	-14,44
Ind.Mat.Transporte	-34,78	-10,86	-24,85	-4,07
Ind.Papel e Papelão	-1,28	-2,32	-18,06	-4,19
Ind.Borracha	-17,40	-4,22	-24,65	14,02
Ind.Química	-7,50	-11,25	-16,25	-8,41
Ind. Perf. Sab. e Velas	-2,05	-3,16	-9,55	3,96
Ind. Têxtil	-13,54	-10,20	-25,46	-5,50
Ind.Vest.Calç.Tecido	-7,99	-18,61	-4,76	-11,00
Ind.Prod.Alimentares	4,64	0,14	-1,41	2,40
Ind.Bebidas	-18,07	19,15	-12,06	4,89
Ind.Fumo	1,00	4,47	-16,04	-11,84

Fonte: FIBGE, Indicadores Conjunturais da Indústria

(a) Taxa de variação da média móvel anual, correspondente a junho de cada ano.

3. AJUSTAMENTO DO EMPREGO NOS PERÍODOS RECESSIVOS

3.1 Os Custos do Ajustamento do Emprego⁶

Na presença de variações na demanda, as empresas devem constantemente rever os seus níveis de absorção de mão-de-obra, buscando ajustar o contingente ocupado aos objetivos pretendidos. Nesta busca, ela se defronta com três tipos de custos, a saber:

- a) de recrutamento: a empresa necessita, freqüentemente, pesquisar

⁶ Esta seção baseia-se em Chahad e Luque (1989), subseção 9.4.1, onde foram abordados os determinantes do processo de ajustamento do emprego.

- novos trabalhadores no mercado de trabalho, notadamente num contexto tecnológico em freqüente mutação. Além disso, deve despende recursos para treinar e testar os novos trabalhadores;
- b) de permanência na empresa: decorrentes das obrigações legais em manter o vínculo empregatício, mormente aqueles voltados para aspectos previdenciários, de assistência ao desemprego, entre outros; e
 - c) de demissão: os quais tentam impedir a dispensa do trabalhador, ou então garantir dispositivos indenizatórios.

A existência desses custos faz com que os gastos com o trabalhador se tornem maiores que o salário que a eles é destinado. A consequência disto é que as empresas maiores, e mais modernas, tendem a desenvolver o chamado "Mercado Interno de Trabalho", adotando um sistema de cargos, salários e promoções que contemplam, prioritariamente, a força de trabalho por ela empregada.

Neste tipo de comportamento, a empresa sempre buscará preencher uma vaga realizando promoções e realocações internas e/ou modificando a jornada de trabalho, mormente em épocas de crise. Ao assim proceder, contudo, importantes impactos sobre a produtividade acabam por ocorrer, pois a retenção de trabalhadores num período de contração de demanda implica que o trabalho poderá ser utilizado menos eficientemente, pois alguns empregados são deslocados para funções onde seu desempenho tenderá a ser menor.

Desse sumário sobre os determinantes do processo de ajustamento do emprego, emergem dois tópicos importantes a serem investigados no caso brasileiro: o papel que os custos da mão-de-obra e que as modificações na jornada média de trabalho devem ter desempenhado na absorção de trabalho, quando comparamos aqueles períodos recessivos.

3.2 Os Custos do Trabalho e seus Impactos Sobre o Ajuste

Aborda-se aqui o processo de ajuste nos períodos recessivos mencionados, sob a ótica dos custos do trabalho⁷. Além disso, buscaremos destacar que uma avaliação mais precisa sobre o processo de ajuste na absorção de mão-de-obra deve contemplar o ocorrido com a jornada de

⁷ Tendo em vista o espírito deste texto, não será realizado nenhum levantamento acerca dos diversos aspectos da legislação trabalhista que refletissem mais precisamente o custo real da mão-de-obra. Utilizaremos como "proxy" deste custo o salário real relevante para os trabalhadores, deflacionado pelo INPC. Nesse sentido, estamos admitindo que a dispersão dos preços relativos entre os setores selecionados possui uma dimensão que não causa maiores distorções nos resultados obtidos.

trabalho, mais especificamente com as horas trabalhadas⁸

Vamos iniciar a discussão recordando aquilo que se constatou na recessão do início da década. Conforme vimos na seção 2.3, houve, na crise de 1980/1983, um forte ajuste no emprego, como decorrência da retração do nível de atividade econômica, em praticamente todos dos setores. Na realidade, este ajuste parece ter sido mais forte ainda quando observamos os dados da Tabela 2, onde se verifica uma igualmente forte redução no volume de horas trabalhadas.

No caso do Estado de São Paulo, aos quais se referem os dados da FIESP (ver rodapé 8), pode-se admitir que a magnitude na queda das horas trabalhadas (19,27%) foi próxima daquela constatada para o pessoal ocupado (18,37%), sendo ambas maiores que aquela verificada na produção industrial, a julgar pelas informações já apresentadas na Tabela 1. Nesse sentido, o processo de ajuste adotado pelas empresas foi mais vigoroso do que a princípio revelam as informações sobre o comportamento do emprego.

Dentro do enfoque aqui adotado, isto se deveu ao crescimento do salário real naquele período, em todos os setores industriais selecionados, conforme podemos observar na Tabela 3. Tomando-se este como indicativo do custo da mão-de-obra, parece claro que, naquele período recessivo, a estratégia empresarial foi descarregar grande parte do ajuste tanto no volume de emprego quanto na redução das horas trabalhadas. Mas, por que num período de crise, o salário real elevou-se?

Sem adentrarmos no mérito ou em juízos de valor, convém lembrar que a estratégia governamental em matéria de política salarial foi a de preservar o valor real dos mesmos, pelo menos para as faixas que compunham a base da pirâmide salarial. A lei 6.708/79 trouxe profundas modificações na política salarial até então vigente, já que a mesma apresentava-se insustentável numa conjuntura de elevação significativa do patamar inflacionário. Essa elevação do salário real persistiu até 1983, quando um conjunto de sucessivas políticas salariais procurou reduzi-lo, na busca do ajuste do setor externo⁹

Dessa forma, ainda que outros fatos possam ser apontados como determinantes da redução do emprego, cremos que a elevação dos salários reais deve ter desempenhando papel fundamental na forma de ajuste

8 Infelizmente as estatísticas da FIBGE, anteriores ao ano de 1985, não trazem esta informação, inviabilizando, desta forma, a comparação dessa variável entre os dois períodos recessivos. Procurando superar esta limitação utilizaremos as informações da FIESP, as quais possibilitam este tipo de comparação. Estamos cientes que esta fonte refere-se somente ao setor industrial paulista, mas acreditamos que, pela importância desta região no contexto industrial brasileiro, os resultados fornecem uma indicação segura das tendências observadas nas horas trabalhadas para o País como um todo.

9 O leitor interessado em conhecer detalhes das políticas salariais dessa época consultar, entre outros, Chahad (1986) e Tuma (1987).

adotado. Enfatizamos anteriormente que a elevação do custo da mão-de-obra deveu-se, basicamente, à política salarial vigente, pois não houve outros dispositivos na legislação trabalhista que, além dos já existentes, contribuissem para pressionar os custos do trabalho.

Voltando-se agora para o período recessivo recente, e observando-se ainda a Tabela 2, nota-se que a redução das horas trabalhadas foi sensivelmente menor que a redução do pessoal ocupado, e também menor que a redução da jornada de trabalho constatada para o período recessivo 1980/1983. Mesmo reconhecendo-se que os dados desta tabela referem-se somente ao Estado de São Paulo, parece-nos ter havido uma modificação na forma de ajuste adotada pelas empresas, passando a haver algum "trade-off" entre desempregar menos trabalhadores em troca de um menor volume de horas trabalhadas.

A Tabela 3 fornece uma explicação para esta mudança de comportamento, pois esta revela que, contrariamente ao que ocorreu na crise anterior, houve uma significativa queda nos níveis de salários reais, em todos os setores industriais selecionados¹⁰. Esta queda no custo da mão-de-obra criou um espaço que viabilizou um novo tipo de ajuste, com a jornada média de trabalho passando a refletir movimentos menos drásticos no emprego.

Ademais, a dispensa do pessoal ficou muito mais custosa para as empresas após a Nova Constituição promulgada em 1988, quando foram introduzidos inúmeros dispositivos na legislação trabalhista de modo a inibir a dispensa de trabalhadores. Em especial foram incluídos a elevação da multa incidente sobre o montante do FGTS do trabalhador, no caso da dispensa imotivada, bem como o Preceito Constitucional da redução da jornada de trabalho, este último com consequências inevitáveis sobre a relação horas trabalhadas/pessoal ocupado.

Em resumo, a queda do salário real revelou-se um importante elemento de ajuste na questão relativa à absorção de mão-de-obra, atuando na direção da possibilidade de manutenção de um contingente maior de trabalhadores pelas empresas, notadamente em períodos recessivos. Por outro lado, a elevação dos custos de dispensa, implicou a elevação da relação pessoal ocupado/horas trabalhadas.

¹⁰ A nova série dos Indicadores Conjunturais da Indústria da FIBGE contém, a partir de 1985, as informações sobre o salário contratual real, bem como dados da folha de pagamentos real por trabalhador, ambas deflacionadas pelo INPC. Ainda que esta última represente o real custo do trabalho, optamos por colocar ambas as séries, pois não existem informações precisas sobre qual série corresponde aos dados de salários anteriores àquele ano.

TABELA 2
SÃO PAULO: PESSOAL OCUPADO E
HORAS TRABALHADAS (a)
%

SETORES	PESSOAL OCUPADO		HORAS TRABALHADAS	
	1983/1980 (1)	1990/1987 (2)	1990/1987 (3)	1990/1987 (4)
Ind.Min.Não Metal.	-24,29	-0,99	-30,88	-6,50
Ind.Metalúrgica	-21,71	-7,21	-22,77	-10,86
Ind.Mecânica	-26,84	-3,04	-27,14	-19,51
Ind.Mat.Elét.Comun.	-21,30	1,56	-23,00	-0,89
Ind.Mat.Transporte	-20,02	-4,74	-17,38	-11,04
Ind.Mobiliário	-22,81	-0,29	-21,88	-23,27
Ind.Papel e Papelão	-10,60	0,89	-13,54	1,26
Ind.Química	-9,07	-1,21	-12,87	-1,37
Ind.Prod.Mat.Plást.	-24,29	-8,02	-33,14	-3,17
Ind.Têxtil	-13,27	-2,01	13,11	-3,38
Ind.Prod.Alimentares	-3,56	-2,59	-2,69	-9,52
Ind.Geral	-18,37	-3,03	-19,27	-11,15

Fonte: FIESP

(a) Taxa de variação no período.

TABELA 3
SALÁRIO REAL NA INDÚSTRIA BRASILEIRA
EM PERÍODOS RECESSIVOS (a)
%

SETORES	PERÍODOS		
	1983/1980(b) (1)	1990/1987(c) (2)	1990/1987(d) (3)
Ind.Geral	7,60	-10,43	-18,04
Ind.Miner.Não Metal.	5,83	-13,47	-19,22
Ind.Metalúrgica	12,86	-6,74	-14,10
Ind.Mecânica	10,09	-9,17	-17,69
Ind.Mat.Elét.Comun.	20,32	-10,48	-16,05
Ind.Mat.Transportes	15,15	-5,94	-14,51
Ind.Papel e Papelão	8,98	-8,07	-17,04
Ind.Borracha	22,53	-9,16	-11,51
Ind.Química	14,75	-9,97	-17,20
Ind.Perf.Sab.e Velas	17,83	-14,91	-16,97
Ind.Têxtil	5,02	-15,85	-20,93
Ind.Vest.Calç.Tecidos	3,03	-16,00	-16,91
Ind.Prod.Alimentares	5,76	-4,20	-19,46
Ind.Bebidas	6,25	-16,23	-20,13
Ind.Fumo	16,97	-0,75	-9,19

Fonte: FIBGE, Indicadores Conjunturais da Indústria.

(a) Deflacionado pelo INPC/FIBGE.

(b) Salário real como definido até 1985 pela FIBGE.

(c) Folha de pagamentos real por trabalhador.

(d) Salário contratual médio real.

4. AJUSTE E PRODUTIVIDADE INDUSTRIAL NOS CICLOS RECESSIVOS BRASILEIROS

Movimentos na produção, no emprego e nas horas trabalhadas fatalmente determinam consequências sobre os padrões e os níveis de produtividade de trabalho. Esta seção enfocará o comportamento da produtividade industrial nos setores selecionados, entendidos como o resultado final do processo de ajuste ocorrido em cada um dos períodos re-

cessivos selecionados¹¹.

A Tabela 4 fornece evidências sobre o que ocorreu com os níveis de produtividade do trabalho: elevaram-se em praticamente todos os setores industriais no período 1980/1983, caindo de forma sistemática, nesses mesmos setores, entre 1987/1990. Mesmo levando-se em conta a clareza dos resultados contidos nesta tabela, é necessária uma reflexão maior sob os mesmos, no sentido de que as horas trabalhadas não estão incorporadas na medida de produtividade utilizada.

No caso do período 1980/1983, convém recordar que houve forte redução nas horas trabalhadas, além do emprego ter se reduzido substancialmente. Assim, com um mesmo estoque de capital parece fora de dúvida que a produtividade do trabalho deveria estar se elevando.

Na crise recente, contudo, a forma de ajuste das empresas foi diferente, pois reduziram substancialmente as horas trabalhadas sem, contudo, dispensar os empregados na mesma intensidade. Assim, os dados sobre produtividade do trabalho, quando se observa sua mensuração envolvendo apenas a variável pessoal ocupado, indicaria uma tendência declinante, contrariamente ao verificado na crise dos anos iniciais da década (Tabela 4). Entretanto, quando consideramos a produtividade incluindo a redução da jornada de trabalho, tal observação perde sustentação.

Por outro lado, também não podemos negar que houve queda na produtividade em face do novo tipo de ajuste, pois é um fato reconhecido, e já mencionado na seção 3.1, que ao reterem mão-de-obra, e reduzirem a jornada as empresas acabam por alocar trabalhadores para funções diferentes de sua ocupação original, tendo como consequência uma perda de eficiência e redução da produtividade, conforme proposto em Labiní (1980).

De qualquer forma, numa avaliação preliminar, quando comparamos as informações cruzadas entre os movimentos da produção, através das estatísticas da FIBGE, com as horas trabalhadas, fornecidas pela FIESP, observa-se que o declínio das horas trabalhadas foi sistematicamente superior ao da produção. Neste caso, haveria indícios de que também neste último período recessivo a produtividade da mão-de-obra teria se elevado. Este ponto necessita ser melhor explorado em outros estudos.

¹¹ Devemos insistir num ponto. Os estudos sobre produtividade no Brasil sempre careceram de uma base segura de dados, recaindo usualmente na medida que toma estritamente a produção e o volume de pessoal ocupado. A inclusão das horas trabalhadas sempre foi um obstáculo devido a razões de várias espécies. Somente em período recente, a FIBGE passou a divulgar um conjunto de informações que permitem melhorar a medida de produtividade, mas ainda assim não fornece condições de comparações na dimensão temporal aqui utilizada. Novamente nos valeremos das informações sobre horas publicadas pela FIESP.

TABELA 4
BRASIL: PRODUTIVIDADE EM PERÍODOS RECESSIVOS
%

SETORES	PRODUTIVIDADE(a)	
	1983/1980(b)	1990/1987(b)
Ind. Geral	5,02	-1,92
Ind. Miner. Não Metal.	8,81	-1,41
Ind. Metalúrgica	8,93	-2,87
Ind. Mecânica	5,49	-8,26
Ind. Mat. Elét. Comun.	12,19	11,65
Ind. Mat. Transporte	-3,01	-7,08
Ind. Papel e Papelão	16,40	1,95
Ind. Borracha	60,68	-16,12
Ind. Química	6,52	-3,10
Ind. Perf. Sab. e Velas	12,87	-2,76
Ind. Têxtil	18,15	-4,97
Ind. Vest. Calç. Tecido	2,26	-130
Ind. Prod. Alimentares	3,78	-1,62
Ind. Bebidas	20,15	18,50
Ind. Fumo	-6,83	13,47

Fonte: FIBGE, Indicadores Conjunturais da Indústria.

(a) Ver definição no texto.

(b) Taxa de variação da média móvel anual, correspondente a junho de cada ano.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi o de apresentar algumas evidências a respeito do padrão recessivo verificado no início da década de 80 e compará-lo com a recessão do final dessa mesma década. Particularmente, foi nosso interesse mostrar que, do ponto de vista de ajuste das empresas, importantes modificações no padrão de absorção de mão-de-obra ocorreram.

Assim é que, no início da década, as empresas frente à diminuição do nível de demanda, promoveram substancial declínio do número de pessoas ocupadas e das horas trabalhadas, mantendo-se relativamente estável a relação horas trabalhadas/pessoas ocupadas.

Duas foram as causas apontadas para tal comportamento: a elevação do salário real dos trabalhadores e a manutenção dos custos de dispensa da mão-de-obra naquele período. Por outro lado, na recessão verificada ao final da década, em função da queda dos salários reais e do aumento dos custos de dispensa dos trabalhadores, as firmas tiveram estímulos para reduzir menos que proporcionalmente o nível de pessoal ocupado, promovendo parte do ajuste nas horas trabalhadas.

Em termos do comportamento da produtividade, a situação, à luz das evidências preliminares aqui apresentadas, parece não ter se alterado de maneira mais significativa. Durante a recessão de 1983/80, a diminuição do nível de emprego, acompanhada de maneira proporcional pela queda nas horas trabalhadas, foi superior à queda do nível de produção. Neste sentido, naquela época, as empresas optaram por reduzir seus quadros de pessoal, efetuando uma racionalização nos processos de produção.

Já na recessão de 1990/1987, parece ter se iniciado uma modernização nas relações entre o capital e o trabalho. Assim em face da elevação dos custos da dispensa da mão-de-obra, as empresas optaram por reduzir o pessoal ocupado em menor escala, promovendo parte do ajuste nas horas trabalhadas. Os sindicatos, por seu lado, foram mais receptivos aos cortes no salário real, buscando, com isso, garantir um menor volume de dispensas.

De qualquer forma, observando-se somente as estatísticas da Tabela 4, a avaliação da produtividade, levando-se em conta apenas o volume de pessoal ocupado, indicaria que, em período recente, a produtividade da mão-de-obra estaria declinando. Entretanto, convém enfatizar que quando se considera o ajuste nas horas trabalhadas, percebe-se que o nível de produtividade também se elevou.

BIBLIOGRAFIA

- CALABI, A.S. & LUQUE, C.A. . **Os Ciclos de Expansão Industrial e Seus Impactos**. São Paulo, Editora Nobel, Ministério do Trabalho, 1985. (Série Estudos Econômicos e Sociais).
- CHAHAD, J.P.Z. & LUQUE, C.A. .Elasticidade Emprego-Produto no Ciclo Industrial Brasileiro. In: SEDLACEK, G.L. & BARROS, R.P., (eds.). **Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda; Uma Coletânea**. Rio de Janeiro, 1989. (Série Monográfica, nº 35).
- CHAHAD, J.P.Z. . **Mercado de Trabalho no Brasil: Aspectos Teóricos e Evidências Empíricas**. IPE/FEA/USP, São Paulo, 1986. (Série Relatórios de Pesquisa, nº 29).
- HABERLER, G. . **Prosperity and Depression. A Theoretical Analysis of Cyclical Movements**. Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 1960.
- GORDON, R.A. . **Business Fluctuations**. New York, Harper & Brothers, Publishers, 1952.
- KALECKI, M. . **Selected Essays on the Dynamics of the Capitalistic Economy; 1933-1979**. Cambridge, 1971.
- LABINI, S. . **Oligopólio e Progresso Técnico**. São Paulo, Forense Universitária, Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- SCHUMPETER, J.A. . **Business Cycle**. New York, McGraw-Hill Book Company, Inc.,

1939.

TUMA, F.M.M. **A Política Salarial do Período 1979-1982: Uma Análise dos Seus Efeitos Redistributivos.** Dissert. (mestr.econ.), Instituto de Economia/UNICAMP, Campinas, 1987.

ABSTRACT

ADJUSTMENT IN EMPLOYMENT AND PRODUCTIVITY IN BRAZILIAN INDUSTRY DURING THE RECESSIVE CYCLES OF THE EIGHTIES

This paper studies the adjustment of employment during the recession periods of the early eighties and final years of that decade. It intends to show that first adjustment was stronger in terms of unemployment than the second one. This fact may be related to the increase in real wages in the beginning of the decade and the decrease in real wages in the later part of the eighties.